

Ações Afirmativas e posicionalidades: de quem é essa luta?

Affirmative Actions and Positionalities: whose struggle is this?

Acciones afirmativas y posicionalidades: ¿de quién es esta lucha?

Luciana de Oliveira Dias¹
ORCID:0000-0002-2570-8078

Resumo

Esta conferência foi proferida pela antropóloga negra Luciana de Oliveira Dias no V Negras Antropologias, evento organizado pelo Coletivo Zora Hurston. A partir de um olhar crítico e interseccional a respeito do racismo no Brasil, Luciana buscou fundamentar a luta por agências antidiscriminatórias e reparadoras, como as políticas de ações afirmativas para o ingresso nas universidades. Estas que já demonstram efetividade ética, estética e epistêmica, inclusive, muito por conta das contribuições de mulheres negras a partir da posição de “estrangeiro de dentro” na realidade social. Sendo assim, é responsabilidade de toda essa sociedade empreender uma luta antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, antilgbtfóbica, enfim antidiscriminatória, em busca de realização de justiça social e efetivação de direitos humanos, sem esquecer do protagonismo dos sujeitos demandantes.

Palavras-Chave: Negras Antropologias; Raça; Posicionalidade; Interseccionalidade.

Abstract

This lecture was given by the black anthropologist Luciana de Oliveira Dias at V Negras Antropologias, an event organized by the Zora Hurston Collective. From a critical and intersectional look at racism in Brazil, Luciana seeks to support the struggle for anti-discriminatory and reparative agencies, such as affirmative action policies for admission to universities. Which already demonstrate ethical, aesthetic and epistemic effectiveness, including, largely due to the contributions of black women from the position of outsider within in the social reality. Therefore, it is the responsibility of this entire society to undertake an anti-racist, anti-patriarchal, anti-capacitist, anti-lgbtphobic, in short, anti-discriminatory struggle, in the search for social justice and the realization of human rights, without forgetting the protagonism of the plaintiffs.

Key-Words: Black Anthropologies; Race; Positionality; intersectionality.

1. Luciana de Oliveira Dias é antropóloga negra, professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), diretora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

os moldes acadêmicos racistas. Um relato de uma fita que vem tocando há séculos.

Resumen

Esta conferencia fue impartida por la antropóloga negra Luciana de Oliveira Dias en V Negras Antropologías, evento organizado por el Colectivo Zora Hurston. A partir de una mirada crítica e interseccional sobre el racismo en Brasil, Luciana busca apoyar la lucha por agencias antidiscriminatorias y reparadoras, como las políticas de acción afirmativa para el ingreso a las Universidades. Los cuales ya demuestran efectividad ética, estética y epistémica, incluso, en buena medida por los aportes de las mujeres negras desde la posición de “extranjera desde adentro” en la realidad social. Por lo tanto, es responsabilidad de toda esta sociedad emprender una lucha antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, antilgbtóbica, en fin, antidiscriminatoria, en la búsqueda de la justicia social y la realización de los derechos humanos, sin olvidar el protagonismo de los demandantes.

Palabras-Clave: Antropologías Negras; Raza; posicionalidad; interseccionalidad.

Introdução

Conferência realizada pela antropóloga negra e professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Luciana de Oliveira Dias, ocorrida no V Negras Antropologias, evento organizado pelo Coletivo Zora Hurston de discentes negros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). A fala se deu na mesa temática, “Ações afirmativas e posicionalidades: de quem é essa luta?”, em outubro de 2021.

Discorrer e promover um debate sobre ações afirmativas e posicionalidades é um desafio com o qual estou completamente envolvida já há bastante tempo. Desde meus primeiros momentos no curso de graduação em Ciências Sociais, fui inserida neste campo de discussões de onde nunca mais saí, isto porque sou uma mulher negra e às estudantes negras é uma impossibilidade se esquivar deste debate, sob pena de seguirmos sendo silenciadas, invisibilizadas ou excluídas dos espaços. O que compreendi desde os primeiros momentos, no final da década de 1990, quando ingressei como estudante na Universidade Federal de Goiás (UFG), foi que se eu não me engajasse em uma luta por direitos das pessoas negras, esses direitos não seriam assegurados.

O protagonismo das pessoas negras,

assim como das pessoas quilombolas, indígenas, com deficiência, LGBTQIA+, mulheres etc., é fundamental nas lutas por direitos e por justiça social. Esse protagonismo imprime nas instituições a urgente necessidade de agências antidiscriminatórias e de realização da justiça social. A realização da democracia no Brasil passa obrigatoriamente pela adoção institucional e estatal de ações antidiscriminatórias e antirracistas, em todos os níveis, e que sejam reparadoras de um complexo de preconceitos e discriminações raciais que recaiu histórica e cruelmente sobre a população negra. Desde esta perspectiva, o protagonismo negro é estratégico na responsabilização de todas as instâncias e instituições, que devem ser agentes promotoras do bom e do justo.

Sobre ações afirmativas e posicionalidades

Falar sobre ações afirmativas – como políticas reparadoras de preconceitos e discriminações sociocultural e historicamente instituídas – e de posicionalidades é também um desafio, porque estamos diante de uma luta constante por democracia, uma luta que se atualiza com alta frequência. Essa atualização e atualidade da luta por democracia se dá exatamente em razão da luta por igualdade de direitos, de oportunidades e de trata-

mento ser uma constante para pessoas discriminadas, inclusive racialmente. A forma hierarquizada como as relações raciais foram instituídas no Brasil consolidou uma perversa estrutura na qual privilégios exclusivos a um segmento racial, o branco, dificilmente são convertidos em direitos para outros segmentos historicamente discriminados. Esta é uma luta que se atualiza basicamente por dois motivos.

O primeiro deles diz respeito ao poder do racismo, especificamente no âmbito desta comunicação, do racismo à brasileira, em se reeditar e em se sofisticar ao longo do tempo. A população negra brasileira é herdeira de um passado escravista que a aprisionou em estereótipos degradantes, inferiorizantes, hipersexualizadores e até mesmo desumanizadores. Como bem estudado por Lélia Gonzalez (2018), o racismo e o sexismo da sociedade brasileira e seu inquestionável potencial de atualização podem ser notados ao observarmos a figura de “mulata” ou da “empregada doméstica”, que emergem a depender do contexto em que as mulheres negras são vistas.

A mulata é a representação da mulher negra no Carnaval: é a rainha da avenida, cobiçada, desejada e erotizada, ou seja, a “mucama” que deve ser objeto sexual. Fora desse espaço festivo permitido, que é o Carnaval, essa mesma mulher negra desejada se transfigura na “empregada doméstica”, ou seja, na “mucama”, que é “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que as mulheres negras são vistas como domésticas” (GONZALEZ, 2018, p. 199). As mulheres negras são reduzidas em sua humanidade à condição de servir. Pensando especificamente nas mulheres negras, neste contexto de sofisticação do racismo à brasileira, às negras resta uma difícil associação com lugares de prestígio e de poder,

a intelectualidade, tal qual aquela que se forma nas universidades.

Em uma escrita de outros tempos (DIAS, 2019), destaquei como as mulheres negras transgridem este modelo, imposto a elas, não raras vezes como destino. As mulheres negras têm demonstrado lucidez, autonomia e protagonismo quanto ao lugar societário de “quase da família” que ocupam em sociedades de base racista e patriarcal. Vale um destaque para o fato de que, para as mulheres negras contemporaneamente, ser quase da família não se restringe a ser discriminada. Ser quase da família pode culminar em possibilidade de conhecer o contexto opressor e lutar por sua desestruturação. Um avanço nas reflexões nos permite compreender que devido à conscientização de si e de seu estatuto de outsider within (COLLINS, 2016), de estrangeira de dentro, essas mulheres negras transitam por espaços de tomada de decisão e de poder. A partir deste trânsito, elas ampliam o conhecimento desses espaços, podendo exercitar um manejo do mundo.

Um segundo motivo que leva à atualização da luta por ações afirmativas, posicionalidades e responsabilizações é o poder interpelante das presenças que verdadeiramente democratizam racialmente os espaços tornados plurais em decorrência de suas presenças. São inegáveis os tensionamentos provocados por corpos e mentalidades negras, e outros corpos e mentalidades dissidentes, em espaços de prestígio, poder e tomada de decisão. Esses tensionamentos são necessários para a promoção das mudanças em direção à construção de uma sociedade efetivamente plural e antirracista.

Nos últimos anos, por exemplo, com a adoção de ações afirmativas no Ensino Superior, houve um aumento na entrada de mulheres negras nas universidades brasileiras. Essas mulheres negras, como dito anteriormente, possuem um estatuto de estrangeiras de dentro (COLLINS, 2016),

que confere a elas uma perspectiva única diante da realidade. Esse status informa uma capacidade singular e ampliada, atrelada à posicionalidade, das mulheres negras no que se refere a leituras distintas do mundo, circundadas por questões como gênero, classe e raça, dentre outras. Em relação às intelectuais negras, essa posição favorece a elevação de uma capacidade de apreender – para compreender, explicar e intervir – padrões de interações socioculturais, políticas, históricas, que dificilmente poderiam ser captados por aqueles sujeitos forjados em campos raciais hegemônicos.

A postura crítica dessas “intelectuais marginais”, dessas “quase da família acadêmica” (DIAS, 2019), é essencial para o desenvolvimento crítico e criativo das ciências no Brasil e no mundo. O pensamento feminista negro que contemporaneamente ocupa os espaços acadêmicos, mas não somente, mais que denunciar as múltiplas opressões que acometem as mulheres negras, tem buscado evidenciar as especificidades relacionadas a essa singular posicionalidade que articula pensamento abstrato, ideias e imaginações a uma ação pragmática, reveladora das vivências, existências e resistências. As escrituras (EVARISTO, 2017), como o registro de vivências individuais, mas que compõem um inconsciente coletivo, frequentemente se fazem presentes nas escritas dessas intelectuais negras por reportarem a uma dimensão subjetiva da existência das pessoas negras e por indicarem a urgência de uma luta contra as discriminações e pela superação do racismo estrutural que se intersecciona com outros eixos de discriminação.

A partir desses dois pontos aqui destacados, quais sejam: o poder do racismo em se reeditar e de se atualizar; e o poder transformador das presenças negras em espaços de prestígio e de tomada de decisão, pode ser vislumbrada uma importante consideração a ser feita: a de que há uma disputa por poder que está posta, sendo que

em uma sociedade erigida e consolidada sobre uma base racista, na qual a raça sustenta classe, gênero, sexualidade etc., é responsabilidade de toda essa sociedade empreender uma luta em busca de realização de justiça social e de efetivação de direitos humanos. Importante reafirmar que sem uma postura radicalmente antirracista não há justiça social efetiva em sociedades de base racista, como é o caso da sociedade brasileira.

As ações afirmativas apresentam uma dupla potência que abarca dimensões estéticas e éticas durante sua aplicação. Neste sentido, por um lado, as ações afirmativas têm assegurado um aumento das presenças e da representatividade na composição étnico-racial dos espaços institucionais onde são aplicadas, destacando sua dimensão mais estética. Por outro lado, as ações afirmativas podem, também, contribuir para uma publicização das práticas racistas, auxiliando na condenação destas práticas e apontando para a urgência de ações educativas, e em muitos casos punitivas, antirracistas. Há que se considerar, ainda, que as presenças de pessoas negras habilitam a inserção de outras perspectivas que podem tornar os espaços mais pluriépistêmicos, indicando uma mudança mais ética.

Desde o início dos anos 2000, as universidades brasileiras têm adotado políticas de ações afirmativas, ou políticas afro-reparatórias, que tem colaborado para promover mudanças societárias profundas, que são, por sua vez, merecedoras de reflexões. Destaco aqui duas impactantes mudanças alcançadas neste século XXI: a primeira diz respeito a uma alteração estética, que está relacionada a uma maior presença de pessoas negras nas universidades. Há que se considerar que as presenças negras nas universidades triplicaram em dez anos e, desta forma, não há como negar a ativação de processos de ressignificação dos

-mente, que passaram a compor o corpo discente.

A segunda diz sobre uma alteração ética, já que com a introdução de corpos racializados, faz-se presente, também, dimensões alicerçadas em outras perspectivas e cosmologias, outras mentalidades e outras culturas, outras linguagens e outros valores, outras demandas e outras formas de saber e fazer. O que se tem notado são fissuras provocadas em uma estrutura que foi sustentada por uma base ética e estética particular e localizada tornada universal. Há que se avançar na aplicação dessas políticas até que um cenário de igualdade racial seja uma realidade no âmbito das instituições. Ao longo desses primeiros dez anos da Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, podem ser notadas importantes mudanças que indicam a pluralização racial dos espaços e algum reconhecimento de produções intelectuais negras. Todavia, essas mudanças são ainda insuficientes para o alcance de uma reparação aos prejuízos históricos experimentados pela população negra. Que venham as mudanças.

Considerações sobre de quem é essa luta

Em um esforço de apresentar uma finalização dessas reflexões trazidas aqui, realço a urgente necessidade de que seja assegurada a continuidade das ações afirmativas, bem como o engajamento de pessoas, instâncias e instituições em uma radical luta antirracista, e também antipatriarcal, anticapacitista, antilgbtfóbica, enfim antidiscriminatória. Com o empreendimento desses esforços, pode ser vislumbrada uma possibilidade de emergência de um Estado reparador. As ações afirmativas, pontuais e específicas, e afro-reparatórias, impactam na sociedade em geral e têm uma eficácia reparadora, pois representam uma possibilidade de ressarcimento, ainda que parcial. A parcialidade na reparação aponta para a

necessidade de reaplicações e reedições das ações afirmativas, até que sejam compensadas as perdas históricas e políticas sofridas pela população negra, pelos povos indígenas, pelas pessoas com deficiências, enfim, pelas pessoas e grupos discriminados e que devem ser os beneficiados pelas ações afirmativas.

Sem uma reparação antirracista e antidiscriminatória, de forma ininterrupta, qualificada, continuada, com garantia de protagonismo negro e de responsabilização ampliada, não realizaremos justiça social, efetivação de qualquer direito de maneira igualitária, ou observância de méritos. Enfim, sem a implementação comprometida de políticas de ações afirmativas, sem uma responsabilização institucional e estatal e sem a garantia de um protagonismo dos sujeitos demandantes por reconhecimento das diferenças e redistribuição de direitos e de bens materiais e simbólicos, seguiremos reproduzindo relações sociais sustentadas em privilégios, e não em direitos, um traço que ainda caracteriza este país.

Referências Bibliográficas

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.31, n.1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da Família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. Revista Humanidades e Inovação, v.6, n.16, p. 8-12, 2019.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: UCPA. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.